



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009168-38.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Leticia Perucce Alves**
 Requerido: **Rmc Transportes Coletivos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta a autora que na oportunidade em apreço conduzia uma motocicleta pela Rua São Joaquim, quando no cruzamento com a Rua Santa Cruz foi surpreendida por ônibus de propriedade da ré, cujo motorista adentrou quase até a metade do cruzamento sem obedecer à sinalização de parada obrigatória existente para ele.

Em razão disso, ela freou a motocicleta e desviou do ônibus, mas perdeu o controle da mesma para cair ao chão.

Em contrapartida, salientou a ré que seu motorista parou o ônibus em consonância com a sinalização de parada existente no cruzamento em apreço, atribuindo à imperícia da autora a causa do evento porque, no momento da frenagem, perdeu o controle da motocicleta (a pista estava molhada) e caiu.

Como se vê, é incontroverso que o evento noticiado sucedeu em cruzamento onde a preferência de passagem era da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Muito embora tal circunstância pudesse atuar em prejuízo da ré, as provas produzidas denotam que na realidade o motorista do ônibus não obrou com culpa.

Nesse sentido, a testemunha Willian Aparecido Dyonisio, arrolado pela autora, esclareceu que estava no interior do coletivo e que percebeu quando ele parou no cruzamento pouco depois da placa PARE que ali havia; acrescentou que o ônibus em seguida foi por duas vezes um pouco mais e parou, já aproximadamente na metade do cruzamento.

Francieli dos Santos, a seu turno, confirmou que o veículo da ré parou pouco depois da sinalização de parada obrigatória, não atingindo a metade do cruzamento, tendo então a motocicleta em que estava a autora, pela via preferencial, caído.

Essa testemunha ressaltou a existência de um caminhão estacionado naquela esquina, o que dificultou a visibilidade do motorista da ré e impôs a ele a necessidade de avançar um pouco para certificar-se sobre o tráfego pela Rua São Joaquim.

Entendo que a partir desse cenário inexistente base sólida para estabelecer a responsabilidade do motorista da ré quanto ao acidente.

Nada respaldou o depoimento pessoal da autora no sentido de que a presença do ônibus no cruzamento inviabilizaria sua passagem por lá ou que este tivesse iniciado sua travessia sem parar.

Ao contrário, restou positivado que ele parou de acordo com a sinalização e que somente foi à frente cuidadosamente diante da presença de veículo de grande porte – caminhão – que inviabilizava a visão de seu condutor.

Não se exigiria deste conduta diversa, tendo o mesmo obrado como qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

Por outro lado, há informação de que a pista estava molhada em decorrência de chuva (cf. depoimento de Francieli dos Santos), o que remete à perspectiva da ré ter contribuído para o resultado havido ao obrar de forma imperita.

O quadro delineado, aliado à inexistência de elementos seguros que apontassem para outra direção, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Não se positivou a prática de ato ilícito a seu cargo que lhe demandasse a reparação de danos suportados pela autora, estando ausente lastro consistente para firmar a convicção da culpa de seu motorista pelo evento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 26 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**